

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ENFERMAGEM
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL NA ÁREA DE SAÚDE: ENFERMAGEM**

**PERFIL DO DOCENTE DE NÍVEL MÉDIO EM ENFERMAGEM DE UMA ESCOLA
PRIVADA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM/MG**

Suzana Alves Amaral Ventura

Belo Horizonte
2012

SUZANA ALVES AMARAL VENTURA

**PERFIL DO DOCENTE DE NÍVEL MÉDIO EM ENFERMAGEM DE UMA ESCOLA
PRIVADA DO MUNICÍPIO DE CONTAGEM/MG.**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área da Saúde: Enfermagem – CEFPEPE, da Universidade Federal de Minas Gerais, Pólo Confins, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Mércia Heloísa F. Cunha

**Belo Horizonte
2012**

V468p Ventura, Suzana Alves Amaral.
Perfil do docente de nível médio em enfermagem de uma escola
privada do município de Contagem/MG
[manuscrito]. / Suzana Alves Amaral Ventura. – Belo Horizonte: 2012.
37f.

Orientadora: Mércia Heloísa F. Cunha.
Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Formação
Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem
(CEFPEPE) da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do
título de Especialista.

1. Enfermeiro Docente. 2. Educação Técnica em Enfermagem. 3.
Dissertações Acadêmicas. I. Cunha, Mércia Heloísa F. II. Universidade
Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem. III. Título

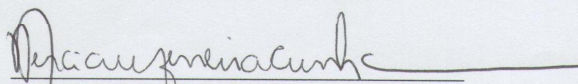
NLM: WI 100.4

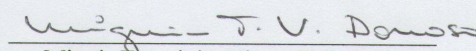
SUZANA ALVES AMARAL VENTURA

**PERFIL DOS ALUNOS DE UM CURSO TÉCNICO EM
ENFERMAGEM DA CIDADE DE BETIM - MG.**

Trabalho apresentado ao Curso de
Especialização em Formação Pedagógica em
Educação Profissional na Área da Saúde:
Enfermagem – CEFPEPE, da Universidade
Federal de Minas Gerais. Pólo Confins.

BANCA EXAMINADORA:


Mércia Heloisa Ferreira Cunha (Orientador)


Miguir Terezinha Vieccelli Donoso

Data de aprovação: 03/02/2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, porque Dele por Ele e para Ele são todas as coisas. Ao meu amado esposo Emerson por sua compreensão e seu incentivo. Aos meus queridos filhos Pedro, Tiago e Sarah por todo carinho, vocês são a razão da minha vida. Às amigas Fabiana, Poliana e Vanilce pela agradável companhia. À amiga Anny por permitir que esta pesquisa fosse realizada em sua escola. Com muito carinho, às tutoras Eline e Márden, por toda dedicação. E, em especial, à Profa. Dra. Mércia pela paciência e por acreditar na conclusão deste trabalho.

RESUMO

O objetivo com este estudo foi identificar o perfil dos docentes de uma escola de educação profissional de enfermagem de caráter privado em Contagem/MG. Trata-se de um estudo de natureza descritivo-exploratória com abordagem quantitativa. A amostra foi constituída por 15 (quinze) docentes, sendo aplicado um questionário semi-estruturado para levantamento de variáveis sócio-demográficas e de questões relativas à formação e experiência profissional. Os resultados apontaram que os docentes em sua maioria são do sexo feminino, têm idade de 31 a 35 e formação na área de enfermagem. Quanto ao tempo de formação e atuação profissional dos docentes, 40% estão na fase de afirmação no mercado de trabalho, ou seja, têm entre 5 e 9 anos de formados e se dedicam de forma exclusiva à docência, que é o único vínculo empregatício de 46,6% dos entrevistados. A escolha da docência prevaleceu como uma opção pessoal e não simplesmente como uma oportunidade de emprego para 93% dos entrevistados. Este contingente também frequentou cursos de pós-graduação em diversas áreas, e um único docente optou por um curso de formação pedagógica. Reflete-se sobre a pertinência da atualização do professor para criação de espaços de encontro e para a formação pedagógica dos docentes. Afinal, para o êxito do ensino, é preciso estimular a participação ativa dos docentes para que haja o envolvimento, interação e troca de experiências, de modo que os envolvidos se tornem protagonistas na criação de novas idéias.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem; Educação Profissional; Docente.

ABSTRACT

The objective of this study was to identify the profile of teachers from a private school of professional nursing education in the city of Contagem, Minas Gerais/Brazil. It is a descriptive-exploratory study with a quantitative approach. The sample consisted of fifteen (15) teachers. A semi-structured questionnaire was applied in order to identify demographic variables, besides educational and professional experience issues. The results showed that teachers are mostly female, are in the age of 31 to 35 and have a nursing degree. Concerning the time of education, 40% of the teachers are at the stage of stabilization in the labor market, i.e. they have been graduated between 5 and 9 years and dedicate themselves exclusively to teaching, which is the only occupation of 46,6% of the respondents. The choice of teaching prevailed as a personal choice and not simply as a job opportunity for 93% of the respondents. Most teachers, 93%, attended to graduation courses, but these courses do not focus on teachers training. It is possible to reflect on the relevance of teacher's update in order to create meeting spaces and for teachers training. After all, for the success of education, we need to encourage the active participation of teachers in order to have involvement, interaction and exchange of experiences so that they become protagonists in the creation of new ideas.

KEYWORDS: Nursing; Professional Education; Teacher.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição percentual dos docentes segundo o gênero.....	19
Gráfico 2: Distribuição dos docentes, segundo o estado civil.....	20
Gráfico 3: Distribuição dos docentes segundo a faixa etária.....	21
Gráfico 4: Distribuição dos docentes segundo a religião.....	22
Gráfico 5: Distribuição dos docentes em relação ao número de filhos.....	23
Gráfico 6: Distribuição dos docentes de acordo com a residência.....	24
Gráfico 7: Distribuição dos docentes em relação ao curso de formação.....	24
Gráfico 8: Distribuição comparativa entre anos de formação dos docentes e de docência.....	25
Gráfico 9: Distribuição dos docentes em relação à pós-graduação	27
Gráfico 10: Percentual dos docentes em relação à escolha da atividade docente.....	28
Gráfico 11: Distribuição dos docentes em relação à jornada de trabalho.....	29
Gráfico 12: Distribuição dos docentes em relação ao número de vínculo empregatício.....	29

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 OBJETIVO.....	16
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	19
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	33
APÊNDICE 1 - INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS.....	35
APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	37

INTRODUÇÃO

A história tem papel fundamental na formação da consciência crítica do educador, na medida em que descreve a estrutura da sociedade que tem sua origem vinculada ao sistema econômico, político e social e nas transformações da prática social.

Ribeiro (2007) afirma que, para se chegar à organização escolar no Brasil, é necessário ter uma visão das constantes transformações do contexto social e da estrutura da sociedade brasileira. Segundo o autor, as experiências vivenciadas pelo indivíduo na sua prática social denominam-se educação, logo o conhecimento histórico acumulado tem seu valor na educação da sociedade brasileira.

Segundo ainda o mesmo autor, traçar a evolução educacional histórica no Brasil significa percorrer o caminho de transformações da sociedade desde sua existência (descoberta), até o entendimento do papel da história na formação da prática social brasileira e da tomada de consciência dos indivíduos como educadores.

A educação no Brasil se organiza a partir de 1549, com a chegada dos jesuítas para desenvolverem atividades de catequese e educação. Nesse período, a organização escolar estava estreitamente vinculada à política colonizadora dos portugueses (BRASIL, 2002; RIBEIRO, 2007).

A partir da segunda metade do século XVI, surge a pedagogia tradicional como um modo de agir e de pensar a educação, dotado de identidade própria. A partir da adoção dessa pedagogia, ocorre a seleção e a ordenação de conteúdos cuidadosamente elaborados, a definição rigorosa de um método, além do estabelecimento de uma relação exemplar e diretiva do mestre com o discípulo (BRASIL, 2002).

Ainda no século XVI, a Reforma Religiosa causa um grande desconforto na educação ao adotar aspectos doutrinários, estruturais e comportamentais da Igreja. Em termos educacionais, a importância do movimento reformador é muito grande, pois os humanistas haviam consolidado a ideia de que a mudança do homem e da sociedade envolve necessariamente a educação. Além disso, as concepções desse movimento são marcadas por uma evidente ação fortalecedora da pedagogia tradicional (BRASIL 2002).

Em 1759, a educação brasileira sofre a Reforma Pombalina, que significou a privação inteira e absoluta dos jesuítas de qualquer atuação pedagógica, o que gerou a extinção de todas as classes e escolas.

Em 1808, com a chegada e instalação no Brasil de D. João VI e da família real, a situação educacional sofre uma significativa mudança. Na medida em que o processo de conquista da nacionalidade ganha impulso, as estruturas de governo desenvolvem-se e sofisticam-se e os atos de governo, diretamente voltados para o fortalecimento do poder português e para o atendimento aos interesses da Corte, passam a beneficiar os colonizados (BRASIL, 2002).

Ribeiro (2007) pontua uma série de medidas no campo intelectual para atender a Coroa Portuguesa, como a criação da Imprensa Régia, da Biblioteca Pública, do Jardim Botânico do Rio, do Museu Nacional, além da circulação do primeiro jornal (A Gazeta do Rio), da primeira revista (As Variações ou Ensaios de Literatura) e da primeira revista carioca – O Patriota.

Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de reino - Reino Unido de Brasil, com a criação e organização de cursos e aulas públicas (Anatomia, Cirurgia e Obstetrícia; Economia; Agricultura), a instalação das Academias Militar e Marinha, o estabelecimento de equipamentos culturais (Biblioteca, Arquivo, Jardim Botânico) e o funcionamento de uma imprensa oficial. Apesar de todos esses aparatos, não se pode identificar aí uma política educacional, pois o que ocorria era uma política de interesses (BRASIL, 2002).

O Brasil torna-se independente em 1822, e esse período, que se estende até 1889, foi chamado de Brasil Imperial. Como marco histórico dessa época, destaca-se que esse período começa e termina sem a organização e consolidação de um sistema educacional. Vale destacar que a instrução primária era gratuita para todos os cidadãos, como uma das garantias da inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, respaldado pela Lei sobre o ensino elementar, aprovada em 15 de outubro de 1827. Esse foi um período pouco expressivo, no qual não há investimento público suficiente para desenvolver a educação pública e não se executam ações de formação e de apoio ao magistério. Por outro lado, foi um momento que deu início a uma discussão mais consistente sobre a necessidade de uma educação profissional para a sociedade brasileira (BRASIL, 2002).

A primeira iniciativa de profissionalização da enfermagem ocorreu em 1890 com a criação, no Rio de Janeiro, da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospício

Nacional de Alienados, que é hoje a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, da Universidade do Rio de Janeiro (CARVALHO, 1972; GUSSI, 1987).

Santos (2003) relata que a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospício Nacional de Alienados foi resultado de um confronto entre os poderes do clero, do Estado e da Medicina. Isso porque os médicos pretendiam formar enfermeiros e enfermeiras em uma escola controlada por eles, dando continuidade à institucionalização do poder médico como elemento central da assistência de saúde. Essa instituição, além de se configurar como a primeira escola de enfermagem do país, tinha como premissa formar pessoal habilitado para prestar assistência de enfermagem aos doentes.

O processo de institucionalização da enfermagem como profissão tem continuidade no começo do século XX, quando as péssimas condições de vida da população e as epidemias que assolavam as cidades (principalmente as portuárias) acarretaram o aparecimento de movimentos na saúde voltados para o saneamento e a saúde pública (BAPTISTA; BARREIRA, 1997).

Na década de 1920, iniciou-se uma nova etapa no processo de institucionalização da enfermagem como profissão no Brasil, balizada pela criação de uma escola de enfermagem que leva a termo a formação de enfermeiras sob a tutela do governo e com base no sistema *nightingale* de ensino (SANTOS, 2006).

A prática e o ensino de enfermagem estão ligados à prática de saúde que se estabelece em uma determinada época e em uma determinada sociedade. Além disso, decorrem de uma prática de saúde predominante em cada época, que é fortemente influenciada por fatores sociopolíticos e econômicos. Assim, essa “segunda fase” da evolução do ensino da enfermagem se dá num enfoque mais profissional e organizativo da profissão da enfermagem. E essa evolução se confirma ainda mais com a chegada de enfermeiras norte-americanas do Serviço Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller (BARTMANN, 2007).

Segundo Bartmann (2007), as enfermeiras norte-americanas tinham como objetivos: a criação de escolas especializadas para médicos e enfermeiras, o treinamento e controle da carreira de enfermagem a partir da formação de profissionais em saúde pública, e ainda fiscalizar a prática profissional e a organização de serviços de estatísticas para o país como um todo. Este curso foi construído por e para profissionais de enfermagem, ainda que com a anuência dos médicos. O acesso ao curso se dava por seleção e se ascendia na carreira por mérito. É nesse enfoque que foi criada, em 1926, a Escola de Enfermeiras Ana Néri.

Em 1940, foi criado o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, com o objetivo básico de servir de campo de estágio para estudantes de medicina e para a aprendizagem de outras categorias profissionais da saúde, principalmente das enfermeiras. As enfermeiras da Escola de Enfermagem Ana Néri foram então chamadas para organizar o serviço de enfermagem do hospital, que, sob influência dos modelos administrativos preponderantes, trouxeram a divisão de trabalho para dentro do hospital. Essa divisão de trabalho se estendeu também à enfermagem, para dar conta do grande número de leitos e o pequeno número de enfermeiras. Assim, as ações administrativas e de educação ficaram restritas às enfermeiras, enquanto as ações assistenciais eram de responsabilidade do pessoal auxiliar. E, para que se pudesse melhorar o desempenho do pessoal auxiliar, esse grupo passou a receber treinamento específico para a área hospitalar (BELLATO, PASTI, TAKEDA, 1997).

O Decreto nº 20109/31 regulamentou a prática de enfermagem no Brasil e fixou condições para a equiparação das escolas de enfermagem à Escola Ana Neri, a qual foi estabelecida como escola oficial padrão para o ensino de enfermagem.

A partir de 1950, com o incremento da indústria e a ampliação do sistema previdenciário, ocorreu um aumento de serviços de saúde privados, tornando como foco a atenção hospitalar e a prestação de serviços, além da exigência de profissionais preparados para atuar nesse novo cenário; o que provocou uma mudança na política de formação dos enfermeiros (SANTOS, 2003).

Em contrapartida, o número reduzido de escolas de formação de enfermeiros, frente à grande demanda de formação de pessoal de enfermagem para as instituições hospitalares, motivou o ingresso de pessoal não qualificado para compor a equipe de enfermagem. Nessa época, foram criados cursos de auxiliares de enfermagem a fim de suprir a deficiência do profissional enfermeiro nas diversas localidades do país. Diante desses fatos históricos da política de saúde brasileira, a solução mais viável foi à criação de cursos regulares de enfermagem que pudessem preparar esse pessoal em larga escala para prestação da assistência direta aos doentes nas instituições hospitalares (BASSINELLO 2002).

O primeiro curso de auxiliar de enfermagem só foi regulamentado em 1949 pelo Ministério da Educação e Saúde através da Lei n.º 775/49. A referida Lei, que versava sobre o ensino de enfermagem no país, dividiu a ensino de enfermagem em nível superior e nível auxiliar. De acordo com a referida lei, o curso de auxiliar de enfermagem tinha duração de 18

meses e o aluno era obrigado a cumprir 44 horas semanais, incluindo os estágios. Vale destacar que somente os enfermeiros poderiam ministrar aulas no curso e, que em 1965, o Ministério da Educação e Cultura fixou a sua duração em dois anos letivos (BASSINELLO, 2002).

No Brasil, o curso do técnico em enfermagem foi criado através da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61), que teve papel decisivo na implantação desse curso. Até então, a formação desse profissional se configurava como curso técnico de enfermagem de nível médio, com duração de três anos e que concedia aos concluintes o título de assistente de enfermagem, com o advento da lei esse profissional passou a ser designado como técnico de enfermagem (BASSINELLO, 2002).

A partir da década de 1980, o setor público inicia um processo progressivo de institucionalização das práticas educativas em todo país. Nesse período, o ensino da enfermagem buscou um saber diferencial ao redesenhar o conhecimento teórico, e passando as teorias pedagógicas a ter um papel importante nesse processo de transformações e contradições, tanto no que se refere às relações com o campo do conhecimento, quanto na luta da profissão de enfermagem por um espaço crítico e específico para a profissão (EBISUI, 2004).

Consoante com essas transformações, a área pedagógica precisa traduzir os problemas da saúde conduzindo o enfermeiro docente a desenvolver uma prática reflexiva que vai sendo incorporada não só ao seu processo de trabalho, bem como na reconstrução da sua prática pedagógica. Daí a necessidade de uma “nova educação” e de outro perfil de professor, pronto a atender a essas questões, de modo tal que o professor deve estar preparado para vincular a educação ao mundo do trabalho, e de efetuar uma análise de todas as dimensões envolvidas na questão docente, incluindo a sua qualificação e identidade profissional (TORREZ, 2002).

Nessa perspectiva, urge repensar a prática educativa e as abordagens pedagógicas adotadas pelos docentes na formação de técnicos de enfermagem, por meio de propostas de mudança na ordem dos fenômenos educacionais, como uma ferramenta básica para a mudança transformadora dos processos de trabalho em saúde e educação, dos quais a enfermagem é parte integrante. Isso implica na ressignificação de conceitos e práticas para produzir uma força de trabalho capaz de compreender as mudanças que a práxis profissional precisa traduzir (PINTO, 2005).

Assim, o enfermeiro/docente necessita refletir sobre o processo de transformação do ensino profissional de enfermagem e que contribua para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas que subsidiem a formação de pessoas capazes de transformar a realidade.

Como aluna do Curso de Especialização em Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área da Saúde: Enfermagem - CEFPEPE do Pólo de Confins, um dos oito pólos que compõem o sistema UAB/MEC – UFMG, e como docente durante alguns anos de uma escola de ensino técnico de enfermagem, tenho observado um aumento significativo do número de escolas de formação de técnicos de enfermagem. Aliado a esse crescimento, há um mercado de trabalho extremamente exigente, que busca um profissional com perfil ampliado que tenha melhores níveis de escolarização e de qualificação. Por outro lado, observo que não há uma ênfase na formação pedagógica dos docentes dos cursos profissionalizantes em enfermagem. Formação essa que na minha concepção exige muito mais do que a exposição de conteúdos programáticos padronizados, segundo os modelos curriculares vigentes. Aliada ao fato de que os docentes muitas vezes se mostram sem preparo pedagógico para enfrentar os desafios impostos pelo ensino e que o enfoque da pedagogia problematizadora é na maioria das vezes incipiente, levou-me as seguintes indagações: *Qual é o perfil dos enfermeiros que atuam em escolas de ensino profissional de técnicos de enfermagem? Será que esses enfermeiros estão preparados do ponto de vista pedagógico, para atender as exigências da formação profissional e, as exigências do mercado de trabalho?*

Fundamentada em todas essas considerações, acredito que o reconhecimento da necessidade do estudo do perfil desses docentes contribuirá para a formação dos futuros profissionais de enfermagem, proporcionando aos educandos um ensino de qualidade numa proposta de reflexão e construção do saber, na perspectiva de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino de enfermagem.

Acredito ainda que a realização deste estudo poderá contribuir de forma significativa para a construção de um corpo de conhecimentos voltados para a importância da educação transformadora, cuja aplicação na educação profissional de enfermagem poderá trazer inúmeros benefícios tanto na formação dos docentes, como no âmbito das políticas de formação do nível médio. Além de possibilitar a inserção do aluno no mercado de trabalho e de prepará-lo para exercer de forma plena sua cidadania.

1 OBJETIVO

Identificar o perfil sócio demográfico dos docentes de uma escola de educação profissional de enfermagem de caráter privado localizada em Contagem/MG.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho se caracteriza como um estudo descritivo-exploratório com abordagem quantitativa, realizado no período de outubro a dezembro de 2011, com docentes de uma escola de educação profissional de técnico em enfermagem, situada em Contagem/MG. Vale destacar que este sub-projeto está inserido no Projeto de Pesquisa *Análise da Implementação do CEFPEPE*, ofertado em 2008, nos oito Pólos que compõem o Sistema UAB/MEC – UFMG, do Curso de Especialização de Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem – CEFPEPE.

Esse curso atualmente tem sido oferecido pelo Centro de Apoio à Educação a Distância da Universidade Federal de Minas Gerais (CAED/UFMG), com recursos financeiros da Universidade Aberta do Brasil - UAB/MEC, e desenvolvido pela Escola de Enfermagem da UFMG em oito Pólos do Estado de Minas Gerais. A sua finalidade é a de contribuir para a formação de enfermeiros professores em educação profissional das áreas técnicas de saúde, tendo em vista que a sua proposta pedagógica favorece a superação do modelo tradicional de formação profissional da esfera técnica, através da adoção de uma abordagem mais reflexiva que deve ser assumida por novos profissionais enquanto sujeitos de uma práxis renovadora.

A população do estudo foi composta por todos os professores do curso técnico de enfermagem e do curso de enfermagem do trabalho de uma escola de educação profissional de caráter privado, totalizando 15 (quinze) docentes. No presente estudo, foram adotados como critérios de inclusão: participação voluntária do docente e, a condição de estar assumindo as atividades laborativas no momento da coleta de dados.

A escola selecionada para o presente estudo funciona desde 1997 em três turnos, e está localizada no Bairro Eldorado, na Cidade de Contagem/MG. A sua missão é a de capacitar profissionais aptos a desenvolverem ações de cunho preventivo, curativo, reabilitação, promoção e recuperação, incluindo aspectos relacionados à educação, à saúde e à formação específica. A escola contribui de forma relevante para fixação, integração e formação do cidadão no referido município.

Na atualidade, a escola conta com aproximadamente 700 (setecentos) alunos regularmente matriculados e divididos nos cursos: Técnico de Enfermagem, Técnico de Enfermagem do

Trabalho, Técnico de Meio Ambiente, Técnico de Nutrição e Técnico de Segurança do Trabalho. Desse total, aproximadamente, 400 (quatrocentos) alunos estão matriculados nos cursos de Técnico de Enfermagem e de Técnico de Enfermagem do Trabalho.

De acordo com as Diretrizes da Resolução nº 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, que trata das normas de pesquisa envolvendo seres humanos, este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG – COEP, pelo Parecer nº ETIC 161/09; e, no dia 3 de agosto de 2011 foi aprovada a Emenda que prevê a inclusão de novos sujeitos de pesquisa (TURMA 2010) e o acréscimo do item 6 no instrumento de coleta de dados do “PERFIL DO CANDIDATO CEFPEPE”.

Após concordância dos sujeitos em participar da pesquisa, eles foram convidados para assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE I).

Para o levantamento de dados foi utilizado um questionário estruturado com questões que abrangeram as variáveis sociodemográficas tais como: sexo, idade, estado civil, número de filhos, religião, tipo de residência, recursos na residência, escolaridade, tempo de graduação, formação acadêmica; e variáveis relacionadas ao perfil profissional tais como: a relação com o trabalho, área de atuação, tempo de experiência em serviços de saúde e de educação, vínculos empregatícios e características da disciplina lecionada, (APÊNDICE II).

Após a coleta, os dados foram organizados em tabelas e gráficos com frequência relativa e simples. Para a análise e discussão dos resultados, utilizou-se a literatura pertinente ao tema pesquisado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram apresentados seguindo-se a sequência: características sócio-demográficas (gênero, estado civil, faixa etária, religião, número de filhos, tipo de residência) e características da formação e experiência profissional (curso de formação, tempo de formação e tempo de atuação na docência, pós-graduação, jornada de trabalho e número de vínculos).

A distribuição dos docentes quanto ao gênero está apresentado no GRAF. 1:

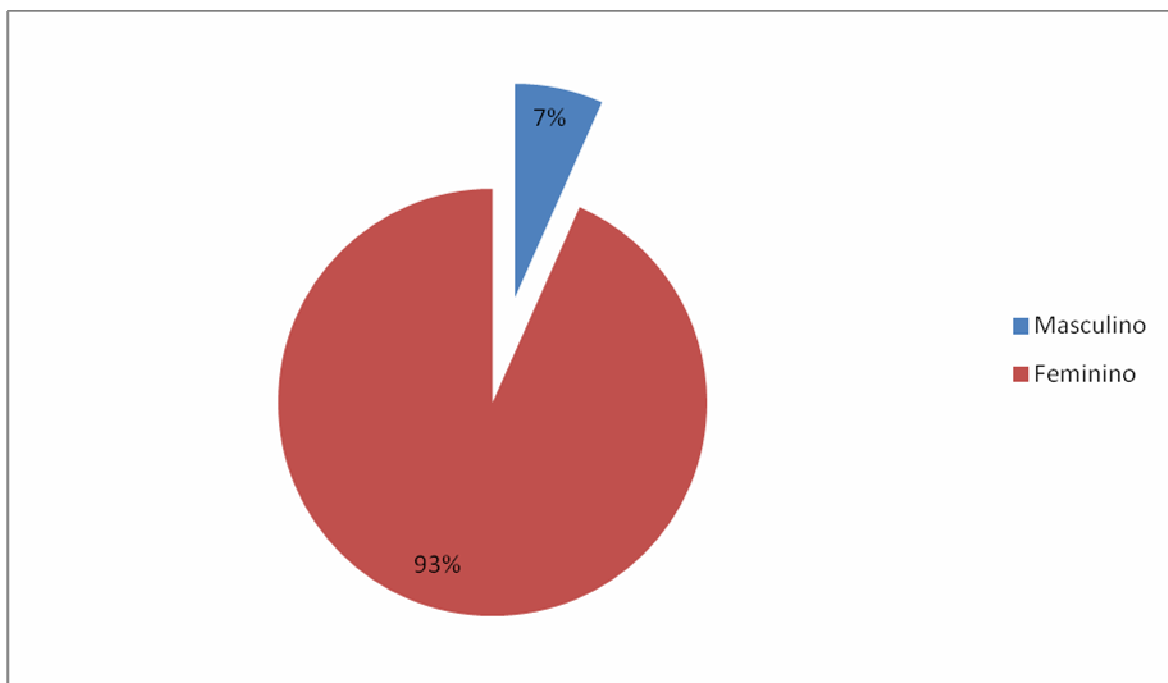


GRÁFICO 1: Distribuição dos docentes segundo o gênero. Contagem, 2011.

Os dados relativos à distribuição de docentes por sexo confirmam a predominância do sexo feminino 14 (93%) em um contingente de apenas 01 (7%) de participantes do sexo masculino. Este estudo revelou que a maioria dos docentes estudados é do sexo feminino, o que constitui uma característica da profissão da enfermagem e da docência. Em um estudo sobre a identidade profissional do enfermeiro professor do ensino técnico de enfermagem, Ebisui (2004) identificou que, dos 213 docentes pesquisados, 200 (94%) eram do sexo feminino.

A seguir apresenta-se a distribuição dos docentes de acordo com o estado civil.

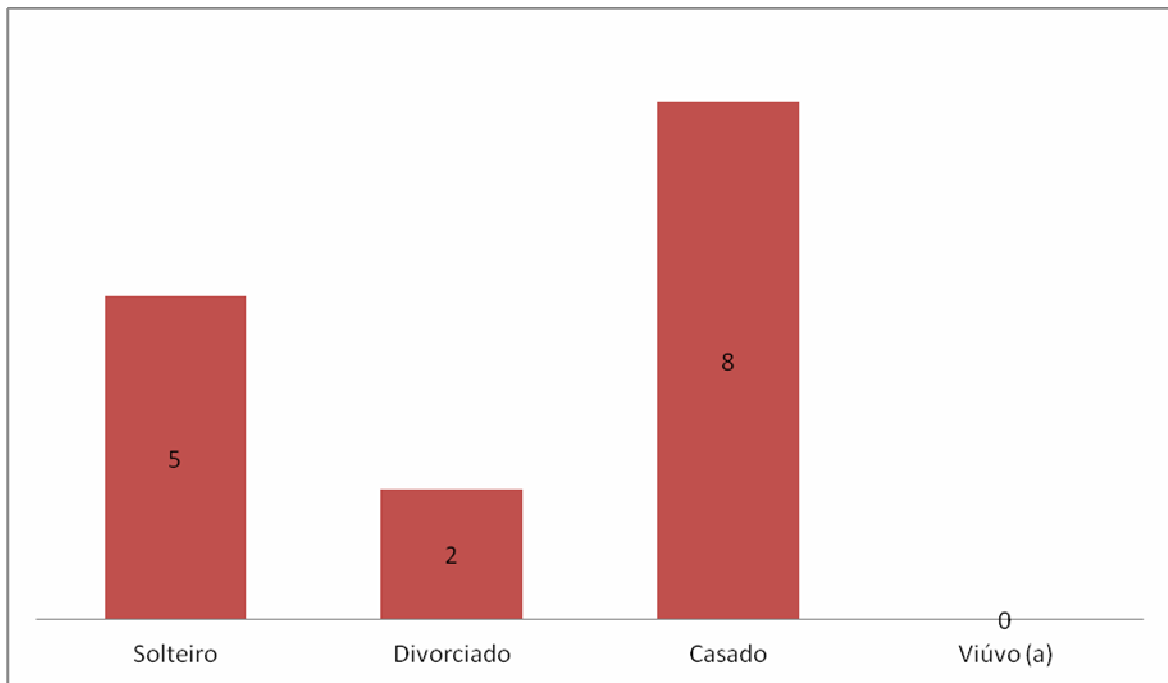


GRÁFICO 2: Distribuição dos docentes, segundo o estado civil. Contagem, 2011.

Observou-se, em relação ao estado civil, que a maioria dos docentes eram casados, perfazendo um total de 8 (53,3%). Os solteiros ocuparam o segundo lugar perfazendo um total de 5 (33,3%), e por fim, a porcentagem obtida para docentes divorciados foi de 2 (13,3%). Não houve registros de sujeitos viúvos.

Bassinelo (2002), num estudo exploratório sobre o perfil dos professores de ensino médio profissionalizante de enfermagem, identificou que há predominância de participantes casados, e destaca que, com a emancipação feminina, a mulher teve suas atividades laborais aumentadas para contribuir com o orçamento familiar. Vale assinalar que a presença de enfermeiras na docência tem também seus contextos históricos e ambas as profissões são veículos de profissionalização da mulher brasileira.

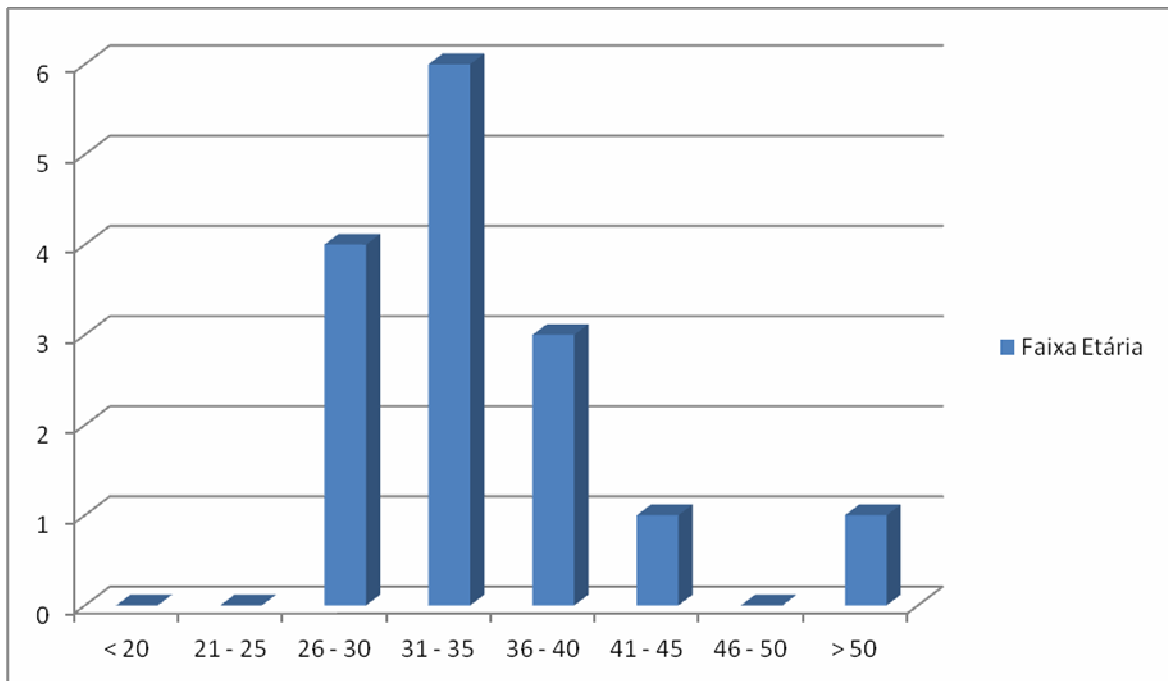


GRÁFICO 3: Distribuição dos docentes segundo a faixa etária. Contagem, 2011.

Verificou-se uma maior concentração de docentes na faixa etária de 31 a 35 anos, perfazendo um percentual de 6 (40%), seguido pela faixa etária de 26 a 30 anos 4 (26,6%), enquanto que a faixa etária de 36 a 40 anos alcançou 3 (20%). Quanto às idades mais avançadas: 1 (6,6%) docente tem entre 41 e 45 anos e 1 (6,6%) com mais de 50 anos.

Nesta pesquisa, obteve-se um número expressivo de docentes na faixa etária entre 26 a 30 anos e 31 a 35 anos, totalizando 10 (66,6%) docentes. Esse dado se contrapõe a outras pesquisas. Bassinelo e Silva (2005), num estudo sobre o perfil dos professores de ensino médio profissionalizante em enfermagem, verificaram a presença de um expressivo contingente de trabalhadores (51,3%) na faixa etária de 40 a 49 anos. Ebisui (2004), num estudo sobre a identidade profissional do enfermeiro professor do ensino técnico de enfermagem, concluiu que 57,3% dos docentes pesquisados estavam entre a faixa etária de 36 a 45 anos. Para o mesmo autor, esses indivíduos são os mais motivados e os mais empenhados nas equipes pedagógicas, porém se colocam em questão refletindo sobre seus objetivos e ideais profissionais alcançados, podendo se mostrar inseguros na escolha profissional.

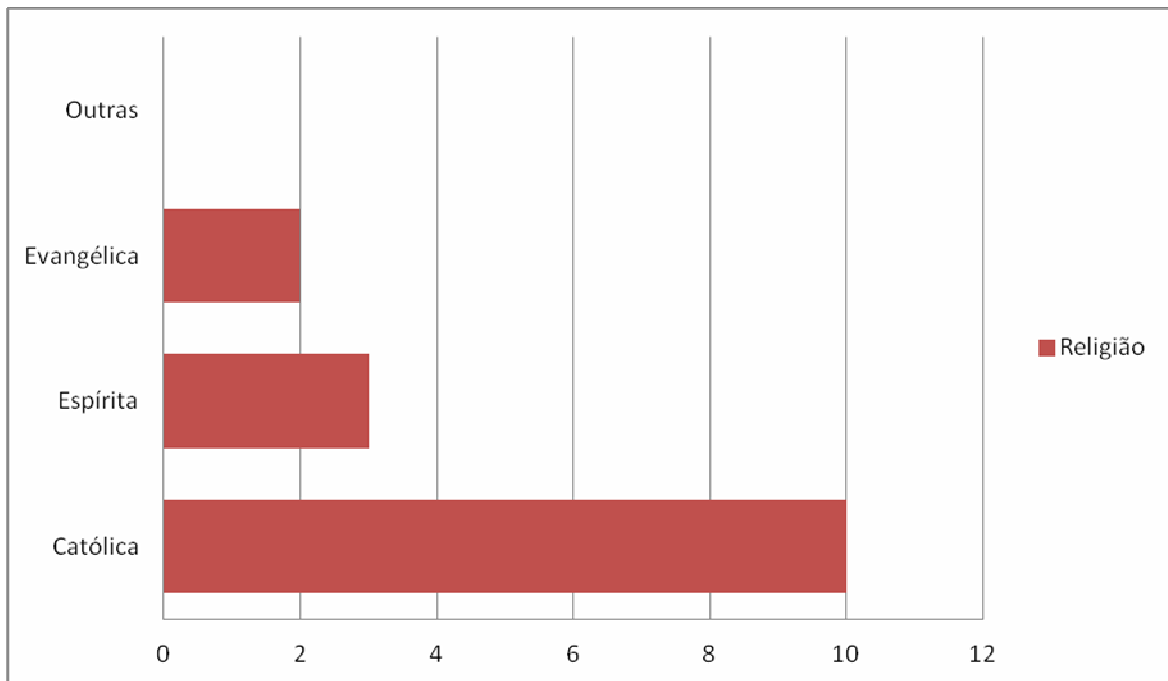


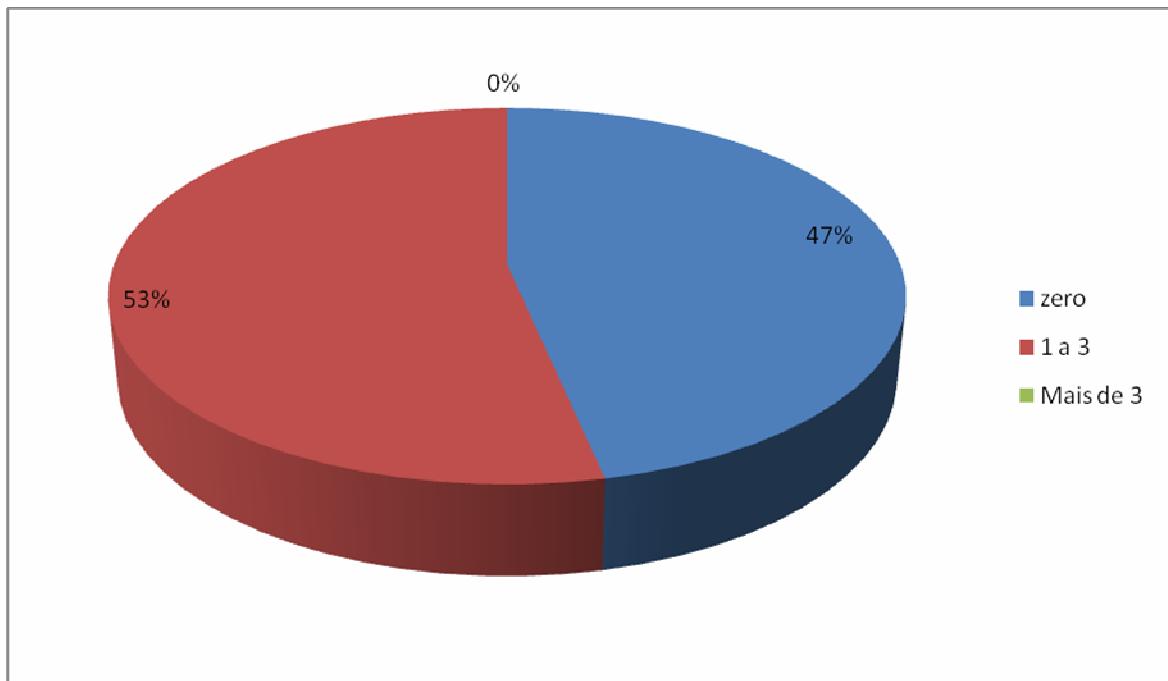
GRÁFICO 4: Distribuição dos docentes segundo a religião. Contagem, 2011.

Quanto à religião dos docentes, constatou-se que 10 (67%) docentes seguiam a religião católica, 3 (20%) a religião espírita e 2 (13%) docentes a religião evangélica. Não houve registro de outras religiões.

Para Pierucci (2004), o predomínio da religião católica é o reflexo da herança da colonização portuguesa, em que o catolicismo foi a religião oficial do Estado até a Constituição Republicana de 1891.

Entretanto, no Brasil, o catolicismo diminuiu, conforme dados apontados pelo Censo Demográfico de 2000. Mas, apesar de se constituir como um país religiosamente diverso, os católicos ainda representam três quartos (73,8%) da população brasileira (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000).

O GRAF 3 mostra a distribuição dos docentes de acordo com o número de filhos.



**GRÁFICO 5: Distribuição percentual dos docentes em relação ao número de filhos.
Contagem, 2011.**

Constatou-se que 07 (47%) docentes não tinham filhos e que 08 (53%) tinham de 1 a 3 filhos,. Não se obteve registro de docentes com mais de três filhos.

Segundo o IBGE, durante 10 anos, 1992-2002, o padrão histórico da família predominante é o casal com filhos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2002). Porém, de 1998 a 2008, a proporção de casais sem filhos cresceu, passando de 13,3% para 16,7%, acompanhando a queda da fecundidade. A tendência, segundo o IBGE, é um aumento na proporção de casais sem filhos com o passar dos anos e, conseqüentemente, um aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009).

Observou se que a maior parte dos pesquisados tinham entre 1 a 3 filhos, dados que contradizem aos achados do IBGE. Acredita-se que esse dado esteja relacionado à facilidade de cuidar dos filhos frente a uma carga horária mais reduzida, como demonstrada no GRAF. 11, na qual 60% (9) dos docentes se dedicam até 20 horas/semanais à docência e 46,6% (7) tem apenas um vínculo empregatício como demonstrado no GRAF. 12.

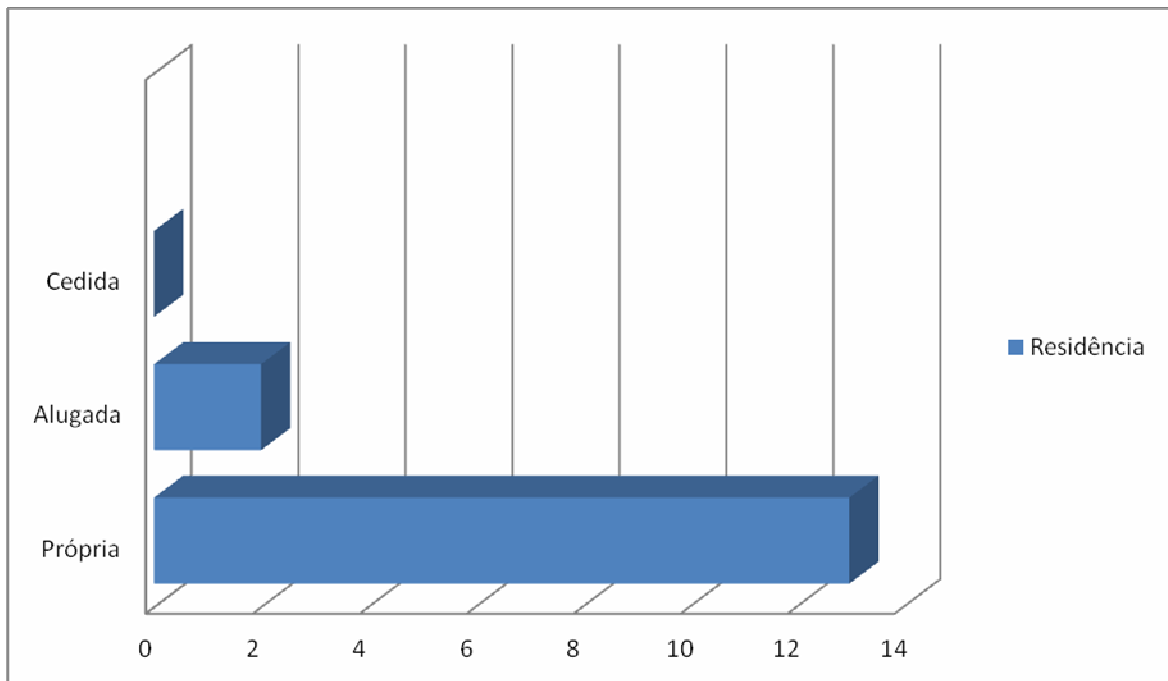


GRÁFICO 6: Distribuição dos docentes de acordo com a residência. Contagem, 2011.

No que se refere à moradia, constatou-se que 13 (86%) docentes residiam em casa própria e que 02 (14%) residiam em casa alugada. Não houve registro dos que moravam em casa cedida.

O GRAF 7 mostra a distribuição dos docentes em relação ao curso de formação.

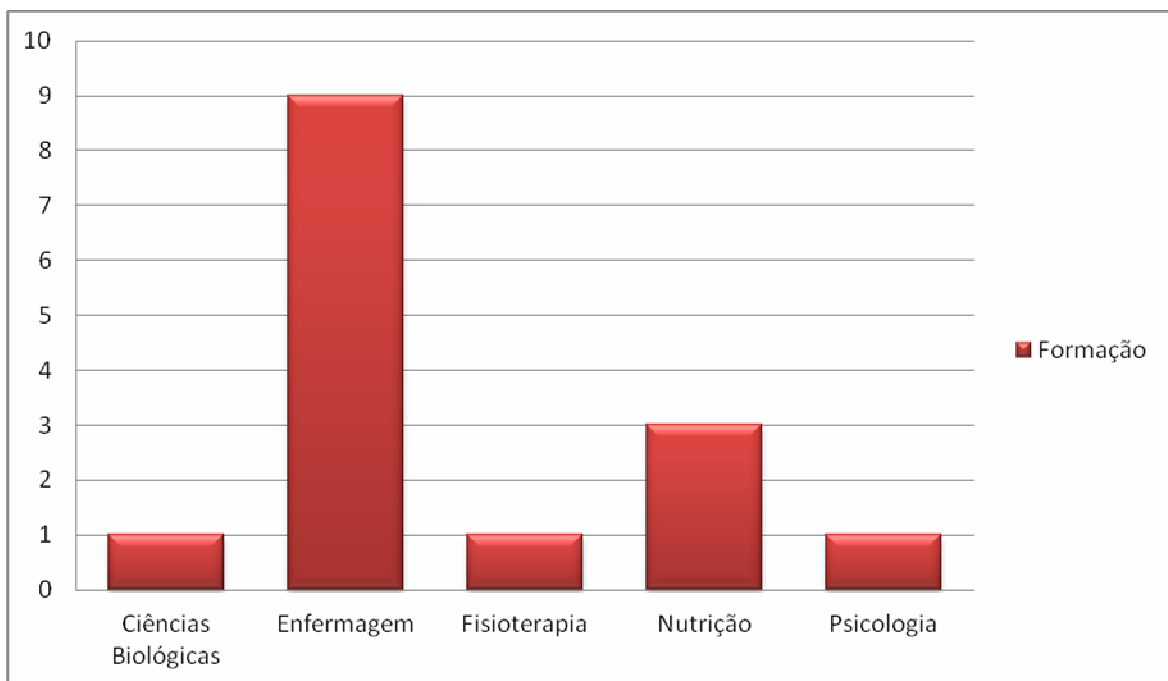


GRÁFICO 7: Distribuição dos docentes em relação ao curso de formação. Contagem, 2011.

Em relação ao curso de formação, 09 (60%) docentes eram graduados em Enfermagem, 03 (20%) docentes graduados em Nutrição, 01 (6,6%) docente era graduado em Psicologia, 01 (6,6%) docente em Fisioterapia, 01 (6,6%) docente em Ciências Biológicas.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a interdisciplinaridade é uma prática didático-pedagógica considerada adequada aos objetivos do Ensino Médio, porque possibilita relacionar as disciplinas durante o desenvolvimento das atividades (BRASIL, 2002).

Considera-se interessante o compartilhar com outras áreas, o que caracteriza o aspecto da interdisciplinariedade, possibilitando aos alunos aprenderem a olhar o mesmo objeto sob perspectivas diferentes.

Para Carvalho e Viana (2009), o docente do século XXI precisa perceber que sua prática não se traduz apenas em transferência de conteúdos de disciplinas, mas está diretamente relacionado à necessidade de os alunos compreenderem os significados que esses conteúdos representam para a construção de competências que serão amplamente utilizadas por eles na prática profissional futura.

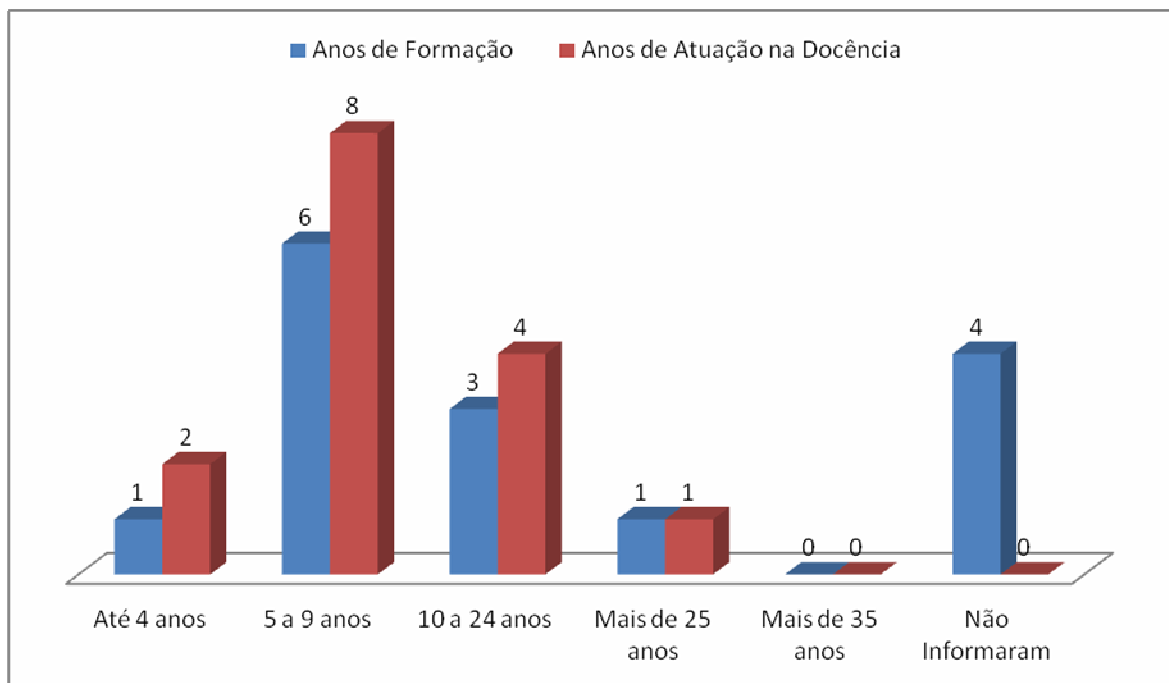


GRÁFICO 8: Distribuição comparativa entre anos de formação e anos de atuação na docência dos professores. Contagem, 2011.

Em relação ao tempo de formação profissional, predominou o período acima de cinco a nove anos, perfazendo um total de 6 (40%) docentes.

Vale destacar que, para análise da variável “tempo de formado”, foi tomada como base a classificação proposta por Machado (1997), que realizou uma pesquisa sobre a vida profissional. A autora classificou essa variável em cinco fases, a saber: iniciando a vida profissional: jovens com menos de 30 anos, com até 4 anos de formado; afirmando-se no mercado: com 5 a 9 anos de formação; consolidando-se na vida profissional: com 10 a 24 anos de formação; desacelerando as atividades: com 50 a 59 anos de idade, há mais de 25 anos no mercado; e paralisando a vida profissional: com mais de 35 anos de formação.

No presente estudo, observou-se que, em relação ao tempo de formação profissional, 6 (40%) dos professores se encontravam na fase de afirmação no mercado de trabalho, isto é, entre 5 e 9 anos de conclusão dos cursos, enquanto que 3 (20%) estavam se consolidando na vida profissional, isto é, entre 10 a 24 anos de formação profissional. Apenas 1 (6,6%) dos docentes pesquisados estava iniciando sua vida profissional; e 1 (6,6%) desacelerando suas atividades profissionais e nenhum dos participantes estavam paralisando a vida profissional. Além disso, 4 (26,6%) não informaram o tempo de formação profissional.

Em relação à variável “tempo de experiência na docência”, observou-se que há uma semelhança dos achados quando comparados ao tempo de formação profissional, na medida em que 8 (53,3%) dos docentes se encontravam na fase de afirmação no mercado de trabalho, isto é, entre 5 e 9 anos de conclusão dos cursos, enquanto 4 (26,6%) docentes estavam se consolidando na vida profissional, isto é, têm entre 10 a 24 anos de formação profissional. No extremo, verifica-se que 2 (13,3%) estavam iniciando sua vida profissional. Apenas 1 (6,6%) docente estava desacelerando suas atividades profissionais e que nenhum dos participantes paralisou a vida profissional.

O GRAF 09 demonstra a distribuição dos docentes em relação à pós-graduação.

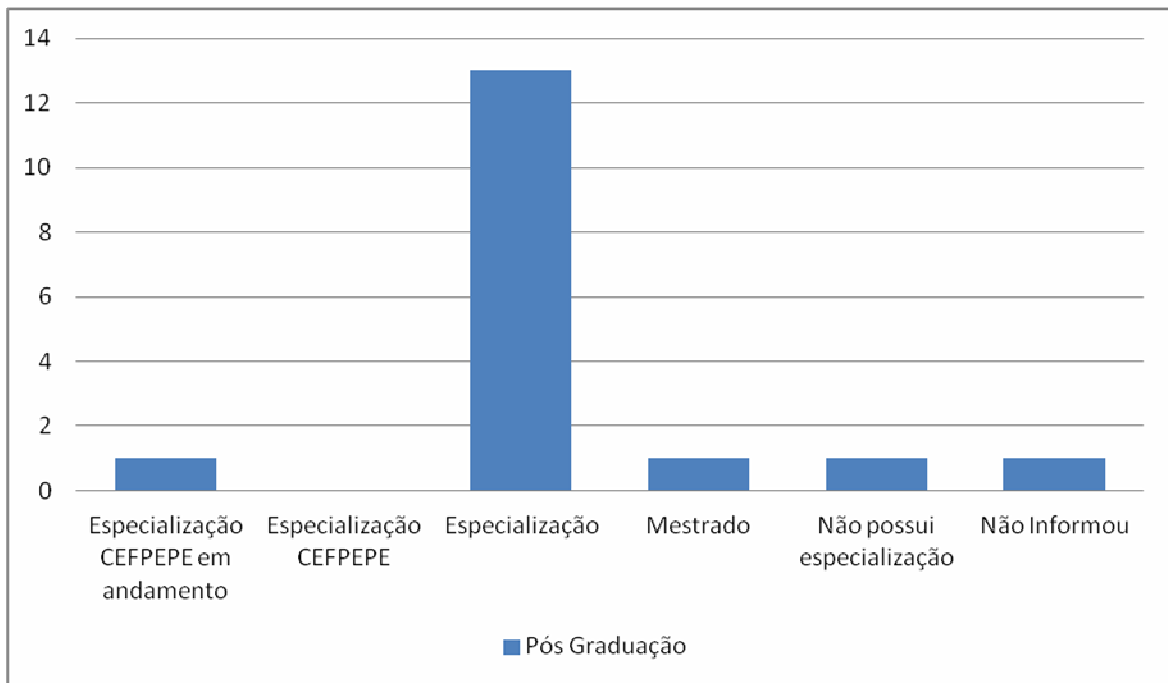


GRÁFICO 9: Distribuição dos docentes em relação à pós-graduação. Contagem, 2011.

Verificou-se que 13 (86%) dos participantes frequentaram alguma modalidade de curso de atualização profissional. Vale destacar que 01 (6,6%) docente estava em fase de conclusão do Curso de Especialização em Formação Pedagógica junto ao CEFPEPE. Quanto às modalidades de formação pós-graduação *stricto sensu*, 01 (6,6%) docente possuía mestrado, além de outras especializações. Apenas 01 (6,6%) docente não possuía nenhuma especialização

Observa-se que os docentes investiram na sua capacitação, uma vez que têm uma ou mais titulações, o que enriquece a educação profissional.

Em relação à variável de estudo “pós-graduação”, os resultados revelaram um grupo qualificado de docentes, porém esses cursos não tinham enfoque na formação pedagógica, na medida em que a maioria dos docentes não tinha uma formação pedagógica. Assim, apesar de a docência ser uma escolha, os profissionais não se qualificaram especificamente para ela (FIGUEIREDO, SILVA, 1997).

Silva, Bassinelo (2005) afirmam que as instituições educacionais têm provocado distorções no exercício da docência quando autorizam o enfermeiro a ministrar aulas, mesmo sem formação pedagógica.

BRASIL (2002, p.32), aponta que “para além da formação técnica existe a necessidade inquestionável da formação pedagógica, política e cultural do enfermeiro-educador, para mediar

o acesso ao objeto de sua prática de atuação”. Nesse contexto, portanto, a responsabilidade do educador de futuros profissionais exige competências para estabelecer a mediação entre a realidade e o aluno, com o objetivo de ajudá-lo a apropriar-se dessa realidade para nela intervir como agente de uma práxis transformadora e para que possa desenvolver um trabalho docente voltado para a formação de profissionais (BRASIL, 2002).

Percebe-se a necessidade de maior investimento dos docentes em relação à formação didático-pedagógica para a garantia de uma visão mais ampla e consistente da docência. Esse dado leva a uma reflexão sobre a atuação deste profissional no ensino técnico, já que há a necessidade da formação pedagógica, segundo a resolução CNE N° 02/97, que regulamenta a formação pedagógica destinada aos portadores de diplomas de educação superior.

O GRAF 10 apresenta a distribuição dos docentes em relação à escolha da atividade docente.

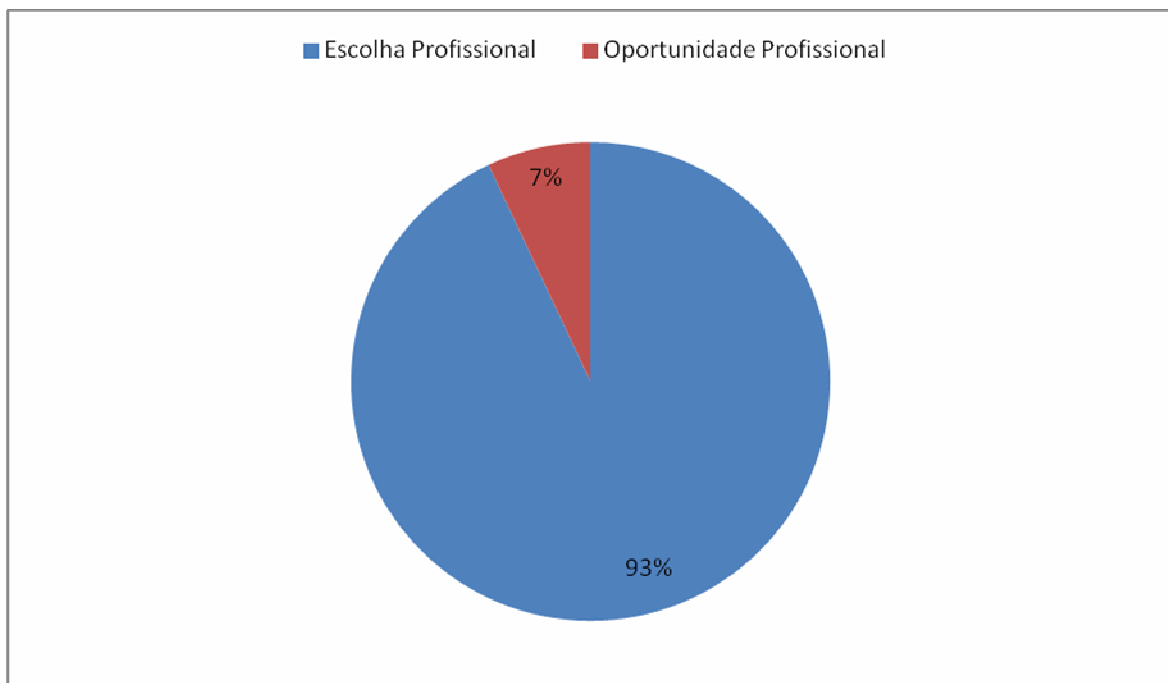


GRÁFICO 10: Distribuição dos docentes em relação à escolha da atividade docente. Contagem, 2011.

Bassinelo (2002) afirma que a escolha pela docência é caracterizada pela vocação, afinidade e entusiasmo pela profissão docente; por levar ou compartilhar conhecimentos com quem quer aprender e por ajudar na formação profissional. Esta escolha nos reporta ao professor

que vivencia no seu cotidiano profissional momentos fascinantes, numa relação afetiva com os estudantes, e ainda o encantamento de presenciar e colaborar com o processo de crescimento e desenvolvimento dos alunos.

A variável de estudo “atividade docente” mostra as distorções na prática da docência. Observou-se que a maioria dos docentes 93% (14) considerou a atividade docente como uma escolha profissional, em detrimento da oportunidade profissional. Esse dado não refletiu o que foi demonstrado no achado já que apenas um dos participantes investiu em formação pedagógica como apontado no GRAF. 9.

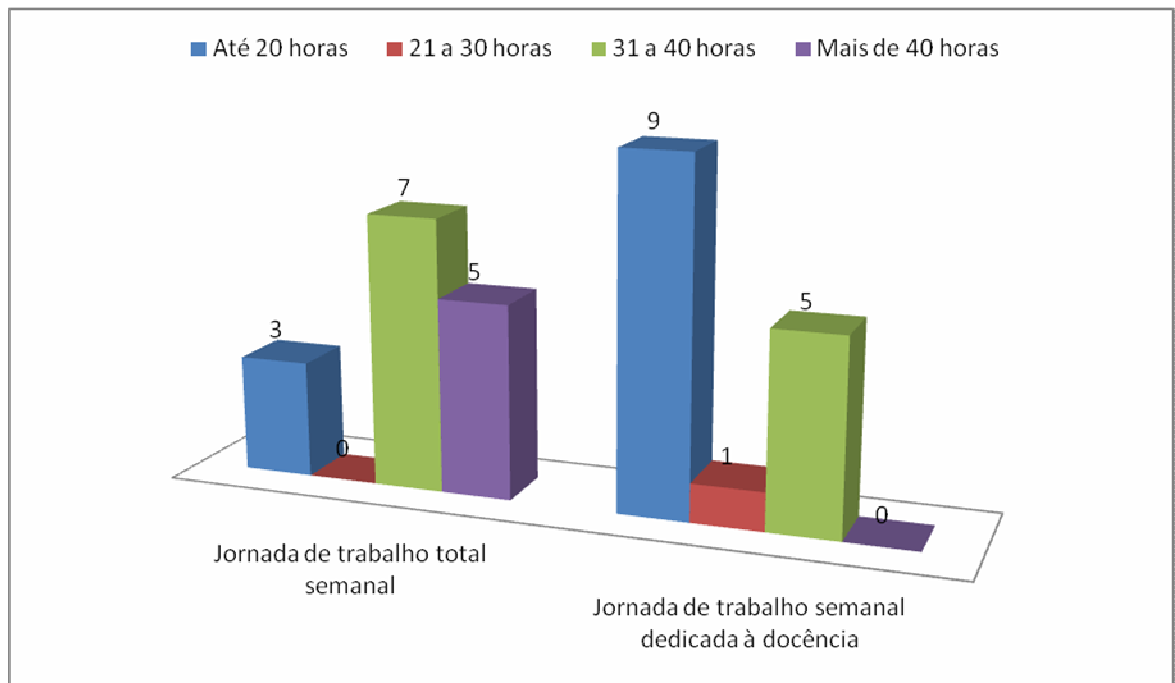


GRÁFICO 11: Distribuição dos docentes em relação à jornada de trabalho. Contagem, 2011.

Em relação à jornada de trabalho total semanal, verificou-se que a maioria dos docentes trabalhava de 31 a 40 horas, totalizando 7 (46,6%) professores, seguidos por 5 (33,3%) docentes que trabalhavam mais de 40 horas e 3 (20%) docentes que trabalhavam até 20 horas. Não se obteve registro de docentes que trabalham entre 21 a 30 horas semanais.

Em relação à carga horária semanal dedicada à docência, observou-se que 9 (60%) docentes trabalhavam até 20 horas semanais, seguidos de 5 (33,3%) docentes que trabalhavam de

31 a 40 horas semanais. Apenas 1 (6,6%) docente se dedicava de 21 a 30 horas semanais para atividade docente.

De acordo com Bassinelo, Silva (2005) a jornada integral de trabalho do docente tem duração de 40 h/aulas semanais; a completa 30 h/aulas semanais e a jornada parcial de trabalho, 20 h/semanais.

Com a predominância de uma jornada de até 20 horas semanais no ensino, pode-se inferir que essa característica possa ter viabilizado a estratégia do multi-emprego, com a supremacia dos que trabalhavam uma carga horária semanal total entre 31 a 40 horas, dividindo-se em outros vínculos. Os dados mostrados no GRAF. 12 confirmam essa afirmação.

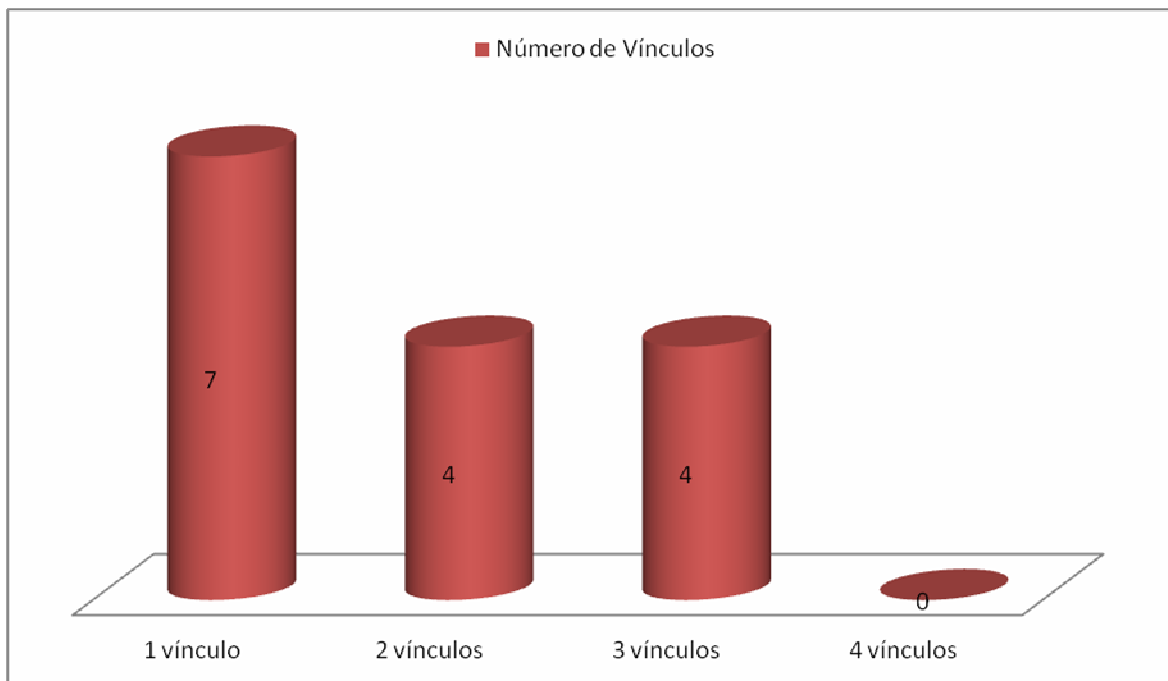


GRÁFICO 12: Distribuição dos docentes em relação ao número de vínculo empregatício. Contagem, 2011.

Os dados apontam que 7 (46,6%) dos docentes tinham apenas um vínculo empregatício, dedicando-se apenas à docência; 4 (26,6%) tinham dois vínculos e 4 (26,6%) tinham três vínculos empregatícios.

A existência de múltiplos vínculos, muitas vezes, pode trazer o desgaste e o cansaço para o docente e se constituir como um obstáculo para o aprofundamento dos estudos.

Ebisui (2004) alerta para o fato de que essa situação pode implicar riscos, tanto para a saúde do docente quanto para o aprendizado do aluno.

Ainda no que se refere ao vínculo empregatício, ressalta-se que lecionar é a principal atividade do docente no curso profissionalizante de enfermagem. Isso porque essa atuação facilita a capacitação do docente, apesar da falta de disponibilidade de tempo e da precarização nos aspectos relativos às relações de emprego. Os salários estão defasados e uma única fonte de renda não oferece condições para que o docente invista na sua capacitação (LINHARES, 1993).

Assim, o arrocho salarial motivado por contratos temporários tem contribuído para que haja um quadro de instabilidade e de precariedade na docência em enfermagem na educação profissional de nível médio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil dos docentes da educação profissionalizante da enfermagem, no que se refere aos dados das variáveis sócio-demográficas corrobora com outros estudos que estudaram perfil de docentes dos cursos de educação profissional em enfermagem. Os achados do presente estudo revelaram que os docentes em sua maioria são do sexo feminino, casadas, com idade entre 31 a 35 anos, seguem a religião católica, têm entre 1 a 3 filhos e residem em casa própria. No que se refere à formação profissional, a maioria é graduado em enfermagem com tempo de formação entre 5 a 9 anos, fase esta que pode ser considerada como uma fase de afirmação no mercado de trabalho. Além disso, a maioria dos docentes tem apenas um vínculo empregatício, dedicando-se exclusivamente a docência.

Quanto ao motivo da “escolha da atividade docente”, 93% dos docentes afirmaram que a docência foi uma escolha e, não simplesmente uma oportunidade profissional, e que tal fato foi confirmado ao se constatar que 86% dos entrevistados buscaram qualificação profissional em cursos de pós-graduação.

A partir desses dados, pode-se inferir que o perfil do docente da educação profissional de enfermagem tem mudado na medida em que os achados revelaram traços específicos que correspondem as ações próprias de quem se propõe a ensinar e que busca uma formação voltada para o desenvolvimento de qualidades humanas, intelectuais e afetivas, relacionadas com as perspectivas do ensino por competências.

A atualização do professor é imprescindível e torna necessária a criação de espaços de encontros para o envolvimento e a formação dos docentes. Afinal, para o êxito do ensino, é preciso estimular a participação ativa dos professores não somente para que se atualizem, mas para que haja interação, troca de experiências e reflexões que levem às mudanças. Só assim os educadores podem se tornar protagonistas na criação de novas idéias.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, S.S.; BARREIRA, I.A. **A luta da enfermagem por um espaço na universidade.** Rio de Janeiro: URFJ, 1997. p.193

BARTMANN, M. **Evolução histórica dos cursos de auxiliar e técnico de enfermagem no contexto sócio-político-econômico do Brasil.** Boletim Técnico do SENAC. Disponível em <<http://157.86.204.63/cold/profae/biblioteca2/arqs/Mercilda.html>> Acesso em 01 out. 2011.

BASSINELLO, G.A.H. **Perfil dos professores de ensino médio profissionalizante de enfermagem na região de Piracicaba.** 192 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

BELLATO, R.; PASTI, M. J.; TAKEDA, E. Algumas reflexões sobre o método funcional no trabalho da enfermagem. **R. Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 75-81, jan. 1997

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde: enfermagem: núcleo integrador **Imergindo na Prática Pedagógica da Enfermagem.** Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e Educação na Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. 2. ed, Brasília, 2002. p.92

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Resolução CNE n.2/97. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do ensino fundamental, ensino médio e educação profissional em nível médio. Brasília. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 jul. 1997, Seção 1, p.14927.

BRASIL. Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955. Regula o exercício da Enfermagem profissional. **Diário Oficial da União** [da República Federativa do Brasil], Rio de Janeiro, 21 set., 1955. p. 17738. col. 3.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. (1974) op. cit.

CARVALHO, A. C. **Orientação e Ensino de Estudantes De Enfermagem no Campo Clínico.** São Paulo, 1972, 126p. Tese de Doutorado. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.

CARVALHO, R.S., VIANA, L..O. A Formação do Enfermeiro Docente do Ensino Médio Profissionalizante na Relação com o Princípio da Interdisciplinaridade. **Revista Enfermería Global**. n. 5, fev., 2009.

EBISUI, C. T. N. **A Identidade Profissional do Enfermeiro Professor do Ensino Técnico de Enfermagem**. 2004. 190 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, 2004.

GUSSI, M. A. **Institucionalização da Psiquiatria e do ensino de Enfermagem no Brasil**. Ribeirão Preto, 1987. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, São Paulo. IBGE: **Censo Demográfico 2010**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Jornal da Mulher**. Disponível em www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/mulher/mulherhoje.html Acessado em jan. 2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. Disponível em www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtm Acessado em jan. 2012

MACHADO, MH. **Os médicos no Brasil: um retrato da realidade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

MOREIRA, M. C. N. A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República. **Hist. cienc. saude-Manguinhos** v.5 n.3, Rio de Janeiro, nov. 1998, fev., 1999.

PIERUCCI, A. F. **“Bye bye, Brasil” – O declínio das religiões tradicionais no Censo 2000**. Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2004.

PERROTA, C.; TORREZ, M. N. F. B. **Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área da Saúde/Enfermagem: uma experiência brasileira de política pública**. Rio de Janeiro, 2004.

PINTO, M. B. **Ensino de enfermagem em saúde mental para formação de técnicos na perspectiva da reforma psiquiátrica** (dissertação). João Pessoa/PB. Universidade Federal da Paraíba, 2005. Disponível em [http://WWW.ccs.ufb.br/ppge/dissertações2005/dissertação pd](http://WWW.ccs.ufb.br/ppge/dissertações2005/dissertação%20pd) Acesso em 18 de dezembro de 2011.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: a Organização Escolar** - 20 ed. - Campinas – SP, 2007. Disponível em http://books.google.com/books?id=mFSOagRZINoC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=true Acesso em 01 out. 2011

SANTOS, S. S. C. Currículos de enfermagem do Brasil e as diretrizes: novas perspectivas. **Rev Bras Enferm** 2003; 56(4): 361-364.

TORREZ, M. N. F. B.; BONFIM, M. I. R. M. **A formação do formador no PROFAE: refletindo sobre uma proposta na área de enfermagem**. In: Formação/MS. **PROFAE** – v.1, n.4, Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

APÊNDICE 1 - INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS

INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS Perfil do Professor de Curso Técnico de Enfermagem

QUESTIONÁRIO Nº _____

1 – Sexo:	<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Feminino						
2 – Religião:	<input type="checkbox"/> Católico	<input type="checkbox"/> Espírita	<input type="checkbox"/> Evangélico	<input type="checkbox"/> Outros				
3 – Estado Civil:	<input type="checkbox"/> Solteiro	<input type="checkbox"/> Divorciado	<input type="checkbox"/> Casado	<input type="checkbox"/> Viúvo (a)				
4 – Idade:	<input type="checkbox"/> < 20	<input type="checkbox"/> 20 – 25	<input type="checkbox"/> 26 – 30	<input type="checkbox"/> 31 – 35	<input type="checkbox"/> 35 – 40	<input type="checkbox"/> 41 – 45	<input type="checkbox"/> 46 – 50	<input type="checkbox"/> > 50
5 – Número de Filhos:	<input type="checkbox"/> 0	<input type="checkbox"/> 1 a 3	<input type="checkbox"/> Mais de 3					
6 – Residência:	<input type="checkbox"/> Própria	<input type="checkbox"/> Alugada	<input type="checkbox"/> Cedida					
7 – Recursos na residência:	<input type="checkbox"/> Telefone Fixo	<input type="checkbox"/> Telefone Celular	<input type="checkbox"/> Computador	<input type="checkbox"/> Acesso à Internet	<input type="checkbox"/> Fax	<input type="checkbox"/> Televisão	<input type="checkbox"/> Assinatura de Jornais/Revistas	
8- Escolaridade:								
8.1 Nível fundamental-	<input type="checkbox"/> regular	<input type="checkbox"/> supletivo						
8.2 Nível médio -	<input type="checkbox"/> regular	<input type="checkbox"/> supletivo						
8.2 Nível de graduação	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	Especifique: _____					
9 – Formação Profissional:								
9.1 Nível Técnico:	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	Especifique: _____					
9.2 Graduação em Enfermagem:								
<input type="checkbox"/> Instituição Pública	<input type="checkbox"/> Instituição Privada	Ano de Formatura: _____						
9.3 Outro curso de graduação:	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim	Especifique _____					
	<input type="checkbox"/> Concluído	<input type="checkbox"/> Em Andamento						
9.4 Pós-Graduação:								
9.4.1 Especialização CEFPEPE (último módulo concluído):	_____							
9.4.2 Outra Especialização:	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim						
	<input type="checkbox"/> Concluído	<input type="checkbox"/> Em Andamento						
9.4.3 Mestrado:	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim						
	<input type="checkbox"/> Concluído	<input type="checkbox"/> Em Andamento						
9.4.5 Outros:	Especifique: _____							

10 - Marque no quadro abaixo as alternativas que expressam suas experiências profissionais no momento atual e no passado.

Por gentileza faça seus comentários dentro do quadro abaixo.

AREA	TIPO DE SERVIÇO	ATUAL	ESPECIFICAR FUNÇÃO	NO PASSADO	ESPECIFICAR FUNÇÃO
SERVIÇO DE SAÚDE	Hospital	[]	_____	[]	_____
	Clínica Especializada	[]	_____	[]	_____
	Atenção Básica	[]	_____	[]	_____
	Outros	[]	_____	[]	_____
INSTITUIÇÃO DE ENSINO	Nível Médio	[]	_____	[]	_____
	Nível Superior	[]	_____	[]	_____
	Outros	[]	_____	[]	_____
OUTRAS ÁREAS ESPECIFICAR	1-	[]	_____	[]	_____
	2-	[]	_____	[]	_____

11 – Complete o quadro abaixo com o nome das cidades para informar sobre os seus deslocamentos para ir da residência ao trabalho e à Escola Técnica de Enfermagem.

Por gentileza faça seus comentários dentro do quadro abaixo.

RESIDÊNCIA	TRABALHO	ESCOLA TÉCNICA DE ENFERMAGEM
_____	_____	_____

12. Experiência Profissional (onde já trabalhou):

13. Vinculo(s) Empregatício(s)/Emprego(s) Atual(is):

[] Servidor Público Efetivo [] Servidor Público Contratado [] Servidor Empresa Privada - CLT

[] Profissional Autônomo

[] Outros _____

Jornada De Trabalho Semanal _____

Renda Mensal: Em salários mínimos _____ R\$ _____

A atividade docente foi:

[] uma escolha profissional [] uma oportunidade profissional [] outros _____

Disciplina(s) Ministrada(s): _____

Característica(s) da(s) disciplina(s) ministrada(s) [] Teórica [] Prática

Carga Horária Docente Semanal: _____

Tempo de Exercício da docência: _____

Obrigada por sua colaboração!

APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Termo de consentimento livre e esclarecido

Nós, coordenadores, professores e alunos do Curso de Especialização de Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde: Enfermagem (CEFPEPE) estamos desenvolvendo a pesquisa “Análise da implementação do CEFPEPE, ofertado em 2008, nos oito Pólos que compõem o sistema UAB/MEC/UFMG”.

O objetivo central deste estudo é avaliar a implantação e implementação da formação pedagógica dos enfermeiros, desenvolvida na modalidade de educação à distância (EAD) e realizada nos Pólos de atuação da UAB/MEC/UFMG. Compõem esta pesquisa, entre outros temas os seguintes:

- 1 - Perfil do aluno do CEFPEPE;
- 2 - Percepção do aluno do CEFPEPE sobre o curso à distância;
- 3 - Perfil do tutor do CEFPEPE;
- 4 - Perfil do aluno do curso técnico em enfermagem;
- 5 - Perfil do professor de cursos técnico de enfermagem.
- 6 - Perfil do candidato ao CEFPEPE, turma 2010.

Estes temas constituirão também Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de alunos do CEFPEPE.

Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMG – Parecer nº. ETIC 161/2009. Embora não haja benefícios diretos para a sua participação nesta pesquisa, ela oferecerá a você a oportunidade contribuir com a produção do conhecimento científico em enfermagem.

Sua participação nesta pesquisa implicará em responder os questionários que lhe serão apresentados por membros da pesquisa. Todas as informações obtidas de você permanecerão confidenciais. Sua participação nesta pesquisa é completamente voluntária e sua decisão de não participar não terá qualquer implicação para você. Todos os procedimentos da pesquisa não trarão qualquer risco a sua vida ou a sua saúde.

Caso você tenha, ainda, alguma outra dúvida em relação à pesquisa, ou quiser desistir em qualquer momento, poderá comunicar-se pelo telefone abaixo.

Coordenadora do Projeto: Zídia Rocha Magalhães
Fone (31)2555-3429 / (31) 3409-9170 E-mail: zidia@ufmg.br.
Escola de Enfermagem da UFMG - Av. Alfredo Balena, 190 – Sala 100B – Santa Efigênia.
COEP-UFMG: Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II – 2º andar – Sala
2005 – CEP: 31.270-901 – BH-MG – Telefãx (31) 3409-4592 e-mail: coep@prpq.ufmg.br .

Eu, _____, fui esclarecido(a) sobre a pesquisa: “Análise da implementação do CEFPEPE, ofertado em 2010, nos oito Pólos que compõem o sistema UAB-MEC/UFMG” e concordo em participar da mesma respondendo o questionário a mim enviado.

_____, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura: _____
RG: _____